

Art. 110. A licença de que trata o art. 108 será concedida:
I - com a remuneração total, até 90 (noventa) dias;
II - com 2/3 (dois terços) da remuneração, no período que exceder a 90 (noventa) dias e não ultrapassar a 180 (cento e oitenta) dias;
III - com 1/3 (um terço) da remuneração, no período que exceder a 180 (cento e oitenta) dias e não ultrapassar a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;
IV - sem remuneração, no período que exceder a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias até o máximo de 730 (setecentos e trinta) dias.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, as licenças, pela mesma moléstia, com intervalos inferiores a 30 (trinta) dias, serão consideradas como prorrogação.
Seção IX
Da Licença-Prêmio

Art. 111. Ao Auditor de Finanças do Estado que, por 1 (um) quinquênio ininterrupto, não houver se afastado do exercício de suas funções, é assegurado o direito à concessão de 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, com todas as vantagens do cargo como se nele estivesse em exercício.

§ 1.º O gozo de licença-prêmio será autorizado na forma prevista nesta lei para o gozo de férias.
§ 2.º A licença-prêmio poderá ser gozada no todo ou em parcelas não inferiores a 1 (um) mês.

Seção X
Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 112. Após 3 (três) anos de efetivo exercício, o Auditor de Finanças do Estado poderá obter licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até 3 (três) anos consecutivos.

§ 1.º A licença de que trata o “caput” poderá ser prorrogada, uma única vez, por igual período.

§ 2.º A licença será negada pelo Secretário de Estado da Fazenda quando inconveniente ao interesse do serviço.

§ 3.º O Auditor de Finanças do Estado poderá desistir da licença a qualquer tempo.

§ 4.º O Auditor de Finanças do Estado requerente, salvo motivo de imperiosa necessidade, a juízo do Secretário de Estado da Fazenda, deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

Seção XI
Da Licença para Qualificação Profissional

Art. 113. A qualificação profissional constitui prerrogativa inerente ao cargo de Auditor de Finanças do Estado, que poderá obter licença do Secretário de Estado da Fazenda para afastar-se de suas funções, com ou sem prejuízo dos vencimentos, a fim de, no País ou no exterior, observada a regulamentação própria:

- I - frequentar cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação;
- II - participar de congressos, simpósios ou outras promoções similares.

Parágrafo único. A licença para frequentar cursos de pós-graduação somente poderá ser concedida ao Auditor de Finanças do Estado com mais de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo e dependerá de deliberação do Conselho Superior.

Seção XII
Da Licença para Casamento ou por Luto

Art. 114. Serão concedidos, com todas as vantagens, até 8 (oito) dias de licença ao Auditor de Finanças do Estado que:
I - contrair matrimônio;
II - perder, por falecimento, ascendente, descendente, padrasto, madrastra, cônjuge, companheiro, sogro, enteado, irmão, menor sob guarda ou tutela e incapaz sob curatela.

Parágrafo único. As licenças de que trata o "caput" independem de requerimento escrito e serão concedidas pelo superior imediato, à vista da respectiva certidão.

Seção XIII
Da Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro

Art. 115. O Auditor de Finanças do Estado terá direito à licença sem vencimentos quando seu cônjuge ou companheiro, independentemente de solicitação, for transferido para o exterior ou para Município situado em outro Estado.

§ 1.º A licença será concedida mediante requerimento devidamente instruído e vigorará pelo tempo em que perdurar o afastamento do cônjuge ou companheiro, observado o disposto no artigo seguinte, devendo ser renovada de 2 (dois) em 2 (dois) anos, sem que possa exceder, no entanto, 10 (dez) anos.

§ 2.º Durante a licença de que trata este artigo, o Auditor de Finanças do Estado não contará tempo de serviço para qualquer efeito.

Art. 116. Cessado o motivo da licença, ou concluído o período desta sem que tenha sido requerida a sua renovação, o Auditor de Finanças do Estado deverá reassumir o exercício no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Seção XIV
Da Assistência a Filho Portador de Necessidades Especiais

Art. 117. Ao Auditor de Finanças do Estado pai, mãe ou responsável por portador de necessidades especiais, físicas ou mentais, em tratamento, fica assegurada, quando necessária, a redução de 50% (cinquenta) por cento de sua carga de trabalho, na forma da Lei.

CAPÍTULO XX
DA APOSENTADORIA

Art. 118. O Auditor de Finanças do Estado será aposentado nos termos da legislação aplicável aos servidores regidos pelo Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO XXI
DAS NORMAS DISCIPLINARES
Seção I
Das Penalidades e sua Aplicação

Art. 119. O Auditor de Finanças do Estado está sujeito às seguintes penas disciplinares:
I - advertência;
II - censura;
III - suspensão;
IV - demissão;
V - demissão a bem do serviço público;
VI - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Art. 120. A pena de advertência será aplicada quando ocorrer:
I - negligência no exercício das atribuições funcionais;
II - desobediência às determinações e instruções das chefias e órgãos superiores.

Parágrafo único. A pena de advertência será aplicada verbal e pessoalmente, de forma reservada, e não constará dos assentamentos funcionais.

Art. 121. A pena de censura, imposta por escrito em caráter reservado, será aplicada nos casos de:
I - violação intencional dos deveres funcionais;
II - negligência ou desobediência reiterada;

III - incontinência de conduta;
IV - reincidência em falta punida anteriormente com pena de advertência.

Art. 122. A pena de suspensão será aplicada nos casos de:
I - reincidência em falta punida com pena de censura;
II - afastamento do exercício da função, fora dos casos admitidos em lei, salvo se cominada pena mais grave;
III - prática de ato incompatível com a dignidade do cargo ou da função.

§ 1.º A pena de suspensão, que não excederá 60 (sessenta) dias, importará na perda de 50% (cinquenta por cento) da remuneração e da contagem total do tempo de serviço nesse período, não podendo coincidir com férias ou licença concedida a qualquer título.

§ 2.º Serão consideradas atenuantes, na aplicação da pena de suspensão, a ausência de antecedentes disciplinares desabonatórios e a prestação de bons serviços à Secretaria da Fazenda.

Art. 123. Por conveniência do serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, hipótese em que o punido permanecerá em exercício da função com a perda de 1/3 (um terço) da remuneração e sem interrupção da contagem do tempo de serviço.

Art. 124. A pena de demissão será aplicada nos casos de:
I - abandono de cargo, assim considerada a interrupção injustificada do exercício das funções inerentes por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;
II - ausência ao serviço sem causa justificada por mais de 60 (sessenta) dias, intercaladamente, no período de 12 (doze) meses;
III - condenação judicial pela prática de crime ao qual seja cominada a pena de reclusão nos limites previstos na legislação penal.

Art. 125. A pena de demissão a bem do serviço público será aplicada nos casos de:
I - improbidade administrativa;
II - condenação por crime contra a administração pública.

Art. 126. As penas previstas nos incisos IV, V e VI do art. 119 somente poderão ser aplicadas com base em Processo Administrativo-Disciplinar ou decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo único. No caso de aplicação de pena decorrente de falta que constitua também crime de ação pública, a autoridade competente encaminhará os autos ao Ministério Público para os fins de direito.

Art. 127. Mediante Processo Administrativo-Disciplinar poderá ser cassada a aposentadoria ou disponibilidade de Auditor de Finanças do Estado em virtude de ato ilícito que tenha praticado quando ainda em atividade funcional, nos casos em que esta Lei Orgânica comine penas de demissão ou de demissão a bem do serviço público.

Art. 128. A reincidência caracteriza-se pelo cometimento de falta disciplinar, após a aplicação de pena definitiva, por falta a que se comine pena de igual natureza e grau, ou mais grave.

Parágrafo único. A reincidência somente opera efeitos se a segunda falta disciplinar for cometida antes de transcorridos 2 (dois) anos da aplicação da pena anterior, em caráter definitivo.

Art. 129. Constarão dos assentamentos individuais do Auditor de Finanças do Estado as penalidades que lhe forem impostas, sendo vedada a identificação nominal por ocasião da publicação, a não ser nos casos de demissão, de demissão a bem do serviço público, de cassação de aposentadoria ou de cassação de disponibilidade.

Parágrafo único. Fica vedado fornecer a terceiros, certidão relativa a penalidades aplicadas, salvo nos casos estabelecidos em lei ou requisição judicial.

Art. 130. São competentes para a aplicação das penas disciplinares:
I - o Governador do Estado, em qualquer caso;
II - o Secretário de Estado da Fazenda, na hipótese de pena de suspensão por até 60 (sessenta) dias ou multa;
III - o Subsecretário do Tesouro do Estado, na hipótese de pena de suspensão por até 30 (trinta) dias ou multa;
IV - o superior imediato nas hipóteses de advertência ou censura.

Parágrafo único. O Conselho Superior deverá apresentar parecer antes da aplicação das penas disciplinares a Auditor de Finanças do Estado, em exercício no Tesouro do Estado.